

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	6
DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
Demonstração de Valor Adicionado	8
Comentário do Desempenho	9
Notas Explicativas	16
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	2.593.696	2.476.832
1.01	Ativo Circulante	212.528	166.976
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	97.779	60.213
1.01.03	Contas a Receber	28.551	25.167
1.01.03.01	Clientes	28.551	25.167
1.01.03.01.01	Concessionárias e permissionárias	28.551	25.167
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.922	2.190
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.922	2.190
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.921	2.173
1.01.06.01.02	Outros impostos a recuperar	1	17
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.534	763
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.534	763
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	79.742	78.643
1.01.08.03	Outros	79.742	78.643
1.01.08.03.01	Contas bancárias vinculadas	8.947	6.966
1.01.08.03.03	Ativo contratual	69.066	71.268
1.01.08.03.04	Outras contas a receber	1.729	409
1.02	Ativo Não Circulante	2.381.168	2.309.856
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.380.914	2.309.407
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	60.767	62.348
1.02.01.03.01	Aplicação financeira vinculada	60.767	62.348
1.02.01.05	Estoques	1.589	941
1.02.01.05.01	Estoque - almoxarifado	1.589	941
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.318.558	2.246.118
1.02.01.10.03	Ativo contratual	2.318.441	2.245.998
1.02.01.10.04	Deposito judicial	117	120
1.02.03	Imobilizado	254	449
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	254	449

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	2.593.696	2.476.832
2.01	Passivo Circulante	112.048	98.951
2.01.02	Fornecedores	3.562	2.534
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.562	2.534
2.01.02.01.01	Fornecedores	3.562	2.534
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.396	2.316
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.396	2.316
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais	2.396	2.316
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	58.663	63.616
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	41.519	40.342
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	41.519	40.342
2.01.04.02	Debêntures	17.144	23.274
2.01.04.02.01	Debentures	17.144	23.274
2.01.05	Outras Obrigações	47.427	30.485
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	156	219
2.01.05.02	Outros	47.271	30.266
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	44.773	28.396
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	1.970	1.370
2.01.05.02.05	Outras obrigações	528	500
2.02	Passivo Não Circulante	1.468.320	1.457.367
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	979.988	1.001.055
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	539.374	565.482
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	539.374	565.482
2.02.01.02	Debêntures	440.614	435.573
2.02.01.02.01	Debentures	440.614	435.573
2.02.03	Tributos Diferidos	488.332	456.312
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	488.332	456.312
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	267.488	241.965
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferido	220.844	214.347
2.03	Patrimônio Líquido	1.013.328	920.514
2.03.01	Capital Social Realizado	504.397	476.001
2.03.04	Reservas de Lucros	448.831	444.513
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	60.100	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	90.595	237.123	65.080	106.923
3.01.01	Receita Operacional Líquida	90.595	237.123	65.080	106.923
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-15.222	-20.806	-2.768	-7.521
3.02.01	Custo	-15.222	-20.806	-2.768	-7.521
3.03	Resultado Bruto	75.373	216.317	62.312	99.402
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.129	-4.188	-955	-4.536
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.129	-4.188	-955	-4.536
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-1.129	-4.188	-955	-4.536
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	74.244	212.129	61.357	94.866
3.06	Resultado Financeiro	-13.592	-76.322	-31.878	-87.468
3.06.01	Receitas Financeiras	5.322	12.706	914	2.093
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.914	-89.028	-32.792	-89.561
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	60.652	135.807	29.479	7.398
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.661	-26.616	-3.472	7.726
3.08.01	Corrente	-446	-1.093	0	0
3.08.02	Diferido	-13.215	-25.523	-3.472	7.726
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	46.991	109.191	26.007	15.124
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	46.991	109.191	26.007	15.124
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,09	0,22	0,05	0,03
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,09	0,22	0,05	0,03

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	46.991	109.191	26.007	15.124
4.03	Resultado Abrangente do Período	46.991	109.191	26.007	15.124

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	147.928	132.078
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-16.272	-19.986
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	135.807	7.398
6.01.01.02	Remuneração do ativo contratual	-213.116	-186.712
6.01.01.03	Receita de operação e manutenção - Ativo contratual	-14.060	-7.652
6.01.01.04	Receita de construção - Ativo contratual	-16.652	83.374
6.01.01.05	Provisões	1.116	-1.130
6.01.01.06	PIS e COFINS diferidos	6.497	-3.445
6.01.01.08	Rendimento de aplicação financeira vinculada	-4.758	-940
6.01.01.09	Juros apropriados sobre financiamentos e debêntures	88.018	88.440
6.01.01.10	Amortização dos custos de transação	682	681
6.01.01.11	Depreciação e amortização	194	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	164.731	152.448
6.01.02.01	Ativo contratual	173.587	153.738
6.01.02.02	Concessionárias e permissionárias	-3.384	399
6.01.02.03	Partes relacionadas	-63	-1.452
6.01.02.04	Outras contas a receber	-1.320	-372
6.01.02.05	Tributos a recuperar	0	-648
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-771	29
6.01.02.07	Fornecedores	-88	567
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-2.748	0
6.01.02.09	Taxas regulamentares	600	-725
6.01.02.10	Depósito judicial	3	0
6.01.02.11	Outras obrigações	29	548
6.01.02.12	Estoque - almoxarifado	-648	0
6.01.02.13	Outros impostos a recuperar	16	0
6.01.02.14	Obrigações fiscais	-482	364
6.01.03	Outros	-531	-384
6.01.03.01	Contribuição social paga	-531	-384
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-110.362	-144.316
6.03.01	Aplicação financeira vinculada	6.339	17.659
6.03.02	Contas bancárias vinculadas	-1.981	-5.938
6.03.03	Pagamentos de principal de financiamento e debêntures	-41.402	-39.174
6.03.04	Pagamentos de juros de financiamento e debêntures	-73.318	-66.863
6.03.05	Pagamento de dividendos	0	-36.352
6.03.06	Pagamento de juros sobre capital próprio	0	-13.648
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	37.566	-12.238
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	60.213	49.466
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	97.779	37.228

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	476.001	0	444.513	0	0	920.514
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	476.001	0	444.513	0	0	920.514
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.396	0	0	-44.773	0	-16.377
5.04.01	Aumentos de Capital	28.396	0	0	0	0	28.396
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio não pago	0	0	0	-44.773	0	-44.773
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.191	0	109.191
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.191	0	109.191
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.318	-4.318	0	0
5.06.05	Reserva de incentivo fiscal	0	0	4.318	-4.318	0	0
5.07	Saldos Finais	504.397	0	448.831	60.100	0	1.013.328

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	476.001	0	453.567	0	0	929.568
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	476.001	0	453.567	0	0	929.568
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-45.209	0	0	-45.209
5.04.06	Dividendos	0	0	-36.352	0	0	-36.352
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-13.648	0	0	-13.648
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio não pago	0	0	-16.868	0	0	-16.868
5.04.09	Reversão de dividendos de anterior	0	0	21.659	0	0	21.659
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.124	0	15.124
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.124	0	15.124
5.07	Saldos Finais	476.001	0	408.358	15.124	0	899.483

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/09/2021
7.01	Receitas	263.936	120.787
7.01.02	Outras Receitas	263.936	120.787
7.01.02.01	Remuneração do ativo contratual	213.116	186.712
7.01.02.02	Receita de operação e manutenção	14.060	7.652
7.01.02.03	Receita de construção	16.652	-83.374
7.01.02.04	Outras receitas	20.108	9.797
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.800	-12.057
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-24.800	-12.057
7.03	Valor Adicionado Bruto	239.136	108.730
7.04	Retenções	-194	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-194	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	238.942	108.730
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.706	2.093
7.06.02	Receitas Financeiras	12.706	2.093
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	251.648	110.823
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	251.648	110.823
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.429	6.138
7.08.02.01	Federais	53.429	6.138
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	89.028	89.561
7.08.03.01	Juros	89.028	89.561
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	109.191	15.124
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	109.191	15.124

Comentário do Desempenho



Relatório Administração

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Desde 2021, observamos a volta da inflação no país. A despeito das dificuldades sociais impostas pelo fenômeno, este é benéfico para a concessionária, uma vez que está em plena operação e as receitas são integralmente reajustadas pelo indexador. Quanto aos custos, a despeito de serem majoritariamente ajustados pelo mesmo índice, pesa para o negócio a alta margem operacional de aproximadamente 90%. Até o terceiro trimestre deste ano, o IPCA acumulou alta de 4,09%. O boletim Focus mais recente (30/09) indicou 6,82% para fechamento do ano. Essa alta inflacionária vem sendo puxada, principalmente, por petróleo e seus derivados e alimentos, setores de ampla capilaridade nas cadeias. Há de se destacar o papel do Banco Central que desde o ano passado vem atuando para controlar a inflação. Na última reunião do COPOM, a autoridade monetária subiu pela nona vez consecutiva a taxa básica de juros (SELIC) chegando a 13,75%.

A companhia manteve o alto nível de desempenho operacional apresentado nos anos anteriores, atingindo 99,96% de disponibilidade nas linhas de transmissão e Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de 0,17% sobre a RAP. Esses números reforçam a importância que a concessionária atribui a qualidade dos serviços de operação e manutenção do ativo.

Em relação ao endividamento, a empresa fechou o terceiro trimestre de 2022 com uma Dívida Bruta de R\$ 1.051.366 milhões, 2,5% inferior que o último trimestre de 2021. A companhia reportou uma posição de Caixa, incluindo equivalentes e contas restritas, de R\$ 167,5 milhões resultando em uma Dívida Líquida de R\$ 883,9 milhões, 6,8% inferior ao fechamento de 2021. A empresa possui um perfil de dívida de longo prazo com apenas 5,67% dos vencimentos no horizonte de 12 meses. A principal exposição da empresa é à TJLP, pelo crédito de longo prazo do BNDES, que representa 55,3% do saldo devedor. Os demais 44,7% correspondem à 1ª Emissão de Debêntures da empresa que é indexada ao IPCA. Em maio de 2022, a Fitch manteve o grau AAA.br da 1ª Série de Debêntures de JMM, com perspectiva estável.

Em termos de apuração Societária, a companhia apresentou Lucro Líquido de R\$ 109,2 milhões e uma Receita Operacional Líquida de R\$ 237,2 milhões. Observou-se um Resultado Financeiro 12,7% superior em relação ao mesmo período de 2021, devido à queda no IPCA, sobre o qual 44,7% da dívida está indexada, o que foi parcialmente compensado pela elevação do CDI e aumento da posição média de caixa.

Por fim, a Companhia continua reforçando o compromisso com seus pilares estratégicos de crescimento sustentável, disciplina financeira e busca por excelência operacional, objetivando sempre a geração de valor ao acionista e com respeito a seus stakeholders.

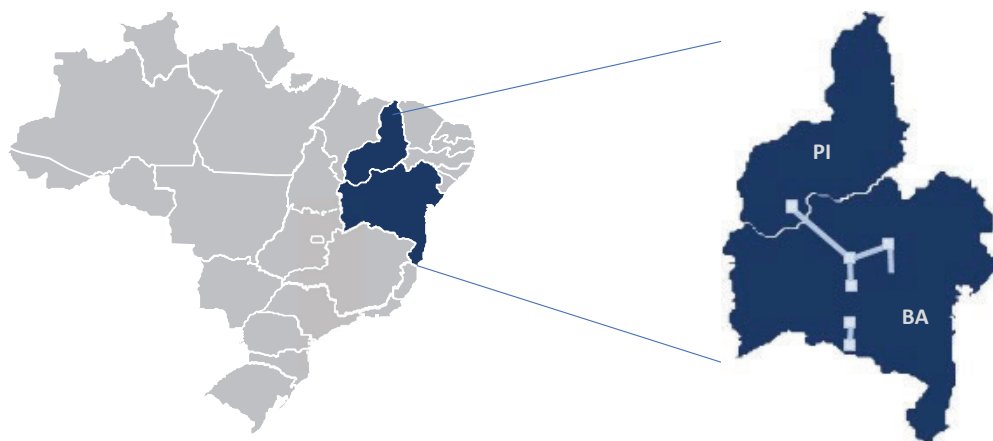
Comentário do Desempenho



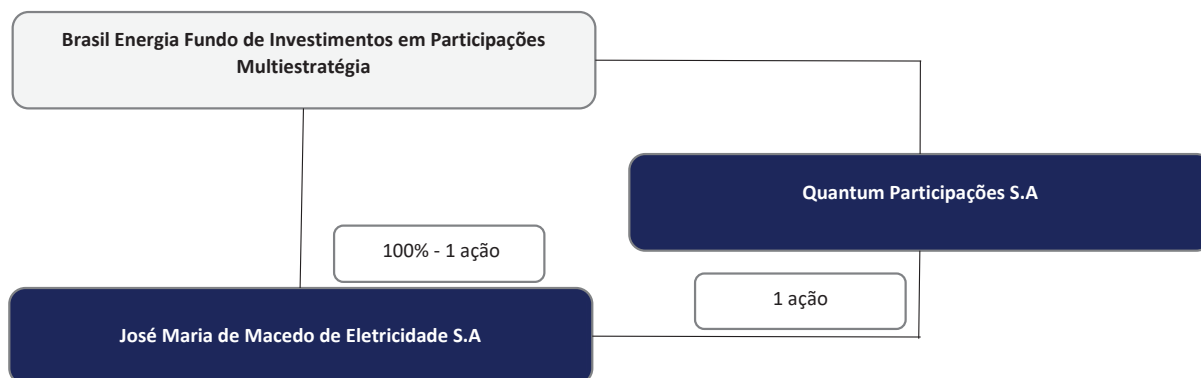
A COMPANHIA

A José Maria de Macedo de Eletricidade S.A é uma concessionária de transmissão de energia que tem como propósito a operação e manutenção de seus ativos com alta eficiência operacional para garantir a plena disponibilidade da infraestrutura para o sistema nacional. A companhia é uma sociedade por ações, constituída em 12 de janeiro de 2015 e sediada em São Paulo – SP. As linhas de transmissão estão localizadas no estado da Bahia e Piauí. A concessionária possui atualmente 761 quilômetros de linhas de transmissão e 6 subestações, e está 100% em operação. A Receita Anual Permitida líquida (RAP) permitida para o ciclo 2022/2023, é de R\$ 260 milhões de reais.

Localização



ESTRUTURA SOCIETÁRIA



Comentário do Desempenho



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia está em constante aperfeiçoamento, buscando manter sempre práticas sólidas de governança para garantir a confiança contínua de seus stakeholders (acionistas, comunidades, órgãos governamentais e reguladores), colaboradores e investidores. Isso envolve uma revisão constante de como a evolução da legislação, diretrizes e melhores práticas refletem suas abordagens. A Companhia tem uma gestão focada nos mais altos padrões de governança e segurança operacional dos ativos. Isso se estende a todos os funcionários e terceiros que prestam serviços.

Atualmente, a Diretoria é composta por 3 (três) membros, um Diretor Presidente, um Diretor Técnico, e um Diretor Financeiro que acumula o cargo de Diretor de Relações com investidores.

CÓDIGOS E POLÍTICAS

A governança corporativa da Companhia está fundamentada em integridade, ética, transparência, inclusão, responsabilidade corporativa e social. Para isso, sua estratégia leva em conta a adoção de boas práticas, tanto no cumprimento da legislação pertinente, quanto no tocante ao segmento de transmissão de energia e dos mercados em que atua. Os valores e a cultura organizacional da Companhia são detalhados em códigos, normas e políticas corporativas que orientam tanto a condução dos negócios quanto o relacionamento entre essas empresas e os diferentes públicos com os quais interage. Esses documentos são desenvolvidos, revisados e atualizados periodicamente, a fim de assegurar sua compatibilidade com o cenário interno e externo.

A Companhia dispõe de um canal de denúncias denominado Canal Confidencial, amplamente divulgado via comunicação interna através da intranet e site institucional. O Canal Confidencial é um canal para comunicação segura e, se desejado, anônima, de condutas que violem o Código de Conduta Ética Profissional da Companhia, e/ou de qualquer lei, norma ou regulamento e que pode ser utilizado por todos, desde colaboradores até o público externo. Existem três formas de utilização do canal: (i) via telefone; (ii) internet (endereço eletrônico); ou (iii) e-mail. A denúncia é gerida por uma empresa terceirizada, profissional e independente.

DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ambiente Regulatório

O segmento de transmissão é o menos arriscados no setor de energia tanto no quesito operacional quanto financeiro (risco de crédito), conhecido por sua resiliência. Isso se dá, principalmente pelo fato das receitas serem pagas com base na disponibilidade dos ativos, reduzindo assim os riscos de mercado (demanda) aos quais os segmentos de distribuição e geração tornam-se mais expostos. Além disso, o setor conta com mecanismos de garantia, coordenados pelo ONS, que conferem ao segmento estabilidade quanto a riscos de inadimplência.

No que diz respeito ao ambiente regulatório, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e possuem um marco regulatório completo e consistente.

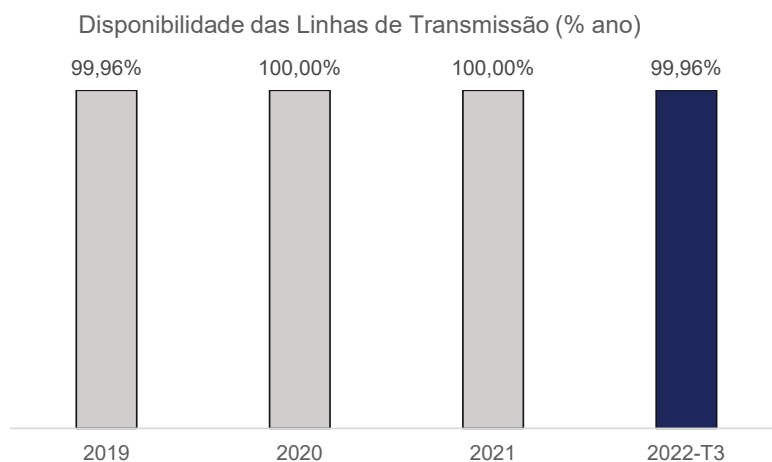
A Companhia está inserida no tipo de contrato de transmissão datado de 2008 em diante, onde são garantidos às transmissoras mecanismos de reajustes tarifários anuais a cada 1º de julho com base na variação acumulada do IPCA de 12 meses com referência ao mês de maio de cada ciclo tarifário, além de revisões tarifárias periódicas no 5º, 10º e 15º ano após a assinatura do contrato de concessão, operacionalizados pela ANEEL. Nesse contexto, a Companhia espera manter o perfil de altas margens e geração de caixa consistente.

Comentário do Desempenho



Disponibilidade das Linhas de Transmissão

A Companhia manteve a alta performance operacional apresentada nos anos anteriores, com 100% de disponibilidade. Abaixo destacamos o histórico de disponibilidade das linhas de transmissão do ativo.



ENDIVIDAMENTO

A empresa concluiu o trimestre de 2022 com uma Dívida Bruta de R\$ 1.051.366 milhões, 2,5% inferior ao último trimestre de 2021 e uma posição de Caixa, incluindo equivalentes e contas restritas, de R\$ 167,5 milhões o que resultou em uma Dívida Líquida de R\$ 883,9 milhões. A empresa possui um perfil de dívida de longo prazo com apenas 6,2% dos vencimentos no horizonte de 12 meses. A principal exposição da empresa é à TJLP, pelo crédito de longo prazo do BNDES, que representa 55,3% do saldo devedor. Os demais 44,7% correspondem à 1ª Emissão de Debêntures da empresa que é atrelada ao IPCA.

Endividamento (em R\$ mil)	2022-T3	% Dív. Bruta	2021	% Dív. Bruta
Curto Prazo	59.571	5,67%	64.524	5,99%
IPCA	18.052	1,72%	24.182	2,24%
TJLP	41.519	3,95%	40.341	3,74%
Longo Prazo	991.795	94,33%	1.013.316	94,01%
IPCA	452.421	43,03%	447.834	41,55%
TJLP	539.374	51,30%	565.482	52,46%
Dívida Bruta	1.051.366	100,00%	1.077.839	100,00%
IPCA	470.473	44,74%	472.016	43,79%
TJLP	580.893	55,25%	605.824	56,21%
Caixa e Equivalentes + Caixa Restrito	167.493	15,93%	129.527	12,02%
Dívida Líquida	883.873	84,07%	948.312	87,98%

(Em R\$ milhares)

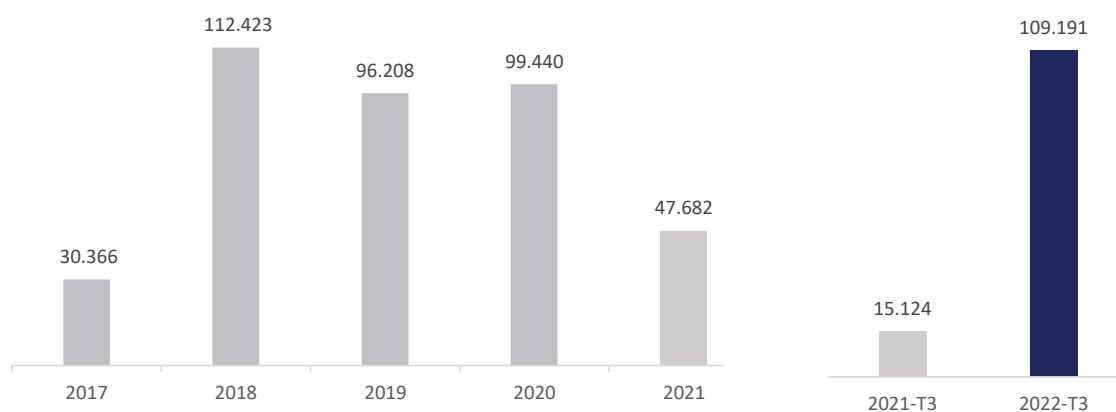
Instrumento	Instituição Financeira	Indexador	Spread	Volume Emitido	Data 1º desembolso	Data Última Parcela	Amortização
/FINEM	BNDES	TJLP	2,17%	673.990	15/05/2018	15/09/2032	Price/Sac
Debênture	Bradesco	IPCA	8,28%	395.000	23/07/2018	15/03/2036	Customizada

Comentário do Desempenho



Rating: em maio de 2022, a agência Fitch manteve o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA(bra)' da 1ª Série de Debêntures de JMM, com perspectiva estável. O Rating reflete a maturidade financeira e operacional da empresa e a relativamente baixa complexidade da operação, além da reduzida volatilidade e a previsibilidade dos custos de operação e manutenção ao longo do ciclo de vida dos ativos.

LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO



Listamos abaixo os principais fatores que impactaram na variação do lucro líquido em relação ao trimestre de 2021:

Lucro Bruto: A Companhia apresentou um lucro bruto de R\$216,3 milhões no terceiro trimestre de 2022 que representou um aumento de 117,6% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O crescimento expressivo do lucro bruto é explicado pelo impacto do reconhecimento da revisão da Receita de Construção em decorrência do término da construção da infraestrutura e transferência da gestão da concessão ocorridos no segundo trimestre de 2021.

Resultado Financeiro: 12,7% inferior em relação ao ano anterior devido à alta no IPCA sobre o qual 44,7% da dívida está indexada, a qual foi compensada pela alta do CDI e aumento da posição média de caixa

Comentário do Desempenho



REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A Companhia tem como diretriz no seu Estatuto Social a distribuição de no mínimo 25% do seu Lucro Líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal, a seus acionistas em forma de Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), observado a situação econômica da empresa.



RECURSOS HUMANOS

Atentos aos impactos e desafios impostos pela pandemia do novo coronavírus, seguimos com nosso compromisso em relação a saúde e segurança de todos os colaboradores e seus familiares. A Companhia implementou diversas medidas de proteção, dentre elas a testagem quinzenal de seus funcionários, revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo as equipes divididas em escalas combinadas com os gestores de quatro dias de forma presencial e um dia em home office (trabalho remoto), estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições, o uso opcional de máscaras em salas de reuniões, testagem obrigatória em caso de sintomas conforme orientação médica e retorno de viagem; monitoramento diário obrigatório.

RESPONSABILIDADE SUSTENTABILIDADE E SOCIAL

Responsabilidade Ambiental

A importância atribuída à transmissão de energia elétrica é inegável, uma vez que esta proporciona desenvolvimento social e econômico às mais diversas regiões do Brasil e em suas diferentes vertentes. Tal notoriedade também é atribuída às questões de monitoramento e manutenção ambiental, uma vez que estas proporcionam sinergia entre as operações, o ambiente e as comunidades existentes no entorno imediato ou atingidas por determinado empreendimento.

A dimensão ambiental da Companhia, está fundamentada na legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho, assim como na execução de programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente.

Comentário do Desempenho



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”) foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia com vigência até emissão deste relatório.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a EY prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial – RCP	10/05/2022	Exercício 2022
Emissão de relatório de Índice de cobertura sobre Dívida	10/05/2022	Exercício 2022

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a EY declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Companhia ou Transmissora”), controlada pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de janeiro de 2015 e está estabelecida na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais n.º 102, 111 e 112, sala 03, Itaim Bibi, CEP: 04530-001 - São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em dezembro de 2021 a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM o registro tipo categoria B, sendo o pedido deferido em 21 de março de 2022.

O acionista controlador da Companhia, o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, celebrou em 29 de julho de 2022, um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e com a Grupo Energía Bogotá S.A. ESP para alienação das ações representativas de 100% do capital social da Companhia (“Transação”). A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais para este tipo de operação, incluindo a aprovação dos credores e a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis.

1.1. Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ouarolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ouarolândia II, 157 km;

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional—Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ouroândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Ouroândia - Morro do Chapéu II, 125 km; e
- LT 230 kV Igaporã III - Pindaí II, 50 km.

O Contrato de Concessão exigiu a entrada em operação comercial em 27 de março de 2018. Por conta de uma emissão de Licença de Instalação em seu menor trecho, no qual corresponde a 1,75% de sua Receita Anual Permitida (RAP) - LT 230kv Igaporã III - Pindaí II, 50km, este trecho foi energizado e disponibilizado para entrada em operação comercial em 17 de abril de 2020, ficando, então, o projeto integralmente concluído.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$144.600 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

1.2. Reforço

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL através das Resoluções Autorizativas: 9.900/2021, 10.413/2021 e 12.294/2022 autoriza a implantação de reforços com a instalação do 2º reator de barras, do 3º Transformador de Força na SE Ouroândia II e do 3º Autotransformador de Força na SE Gentio do Ouro II com término da obra previsto para junho de 2023 e junho 2024. Reforços foram aprovados através das seguintes Resoluções Autorizativas ANEEL:

- REA nº 10.413/2021 - Aprovada em 10 de maio de 2022

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Ouroândia II, com investimento previsto de 76,8 e Receita Anual Permitida de 9,4.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Reforço--Continuação

- REA nº 9.900/2021 - Aprovada em 12 de julho de 2022

Instalação de um banco de Reatores de barra 500kv e suas respectivas conexões na SE Orolândia II, com investimento previsto de 27,4 e Receita Anual Permitida de 3,4.

- REA nº 12.294/2022 - Aprovada em 19 de julho de 2022

Instalação de um Autotransformador Monofásico 500KV e suas respectivas conexões na SE Gentio do Ouro II, com investimento previsto de 76,8 e Receita Anual Permitida de 9,4.

1.3. Impactos do Covid-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores, terceiros e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Em 2020 foi criado o Comitê de Covid-19, responsável pelo planejamento de contingências para lidar com a situação e o programa de monitoramento médico, com a contratação de consultoria especializada para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. O Comitê têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de carácter preventivo com cada estágio da pandemia.

Diante do cenário dos últimos meses com a queda nos números de casos confirmados e com medidas públicas também sendo flexibilizadas, a Companhia flexibilizou o protocolo de ocupação para as dependências do escritório e as as medidas tomadas são de revezamento de colaboradores em regime de escala combinadas com o gestor, sendo quatro dias de forma presencial e um dia em *home office* (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso opcional de máscaras em todos os ambientes; testagem obrigatória em caso de sintomas conforme orientação médica e retorno de viagem; monitoramento diário obrigatório conforme comunicado corporativa em 23 de setembro de 2022.

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Impactos do Covid-19--Continuação

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no período findo em 30 de setembro de 2022.

Com base na avaliação acima, em 30 de setembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (em relação às normas IFRS e às do CPC)

As informações intermediárias foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico "CPC 21 - Demonstração Intermediárias" - (NBC TG 21 Demonstração Intermediária), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com a norma internacional de contabilidade "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

Estas informações intermediárias apresentam informações comparativas com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2021. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e nas informações intermediárias dos períodos de três e seis nove meses findos em 30 de setembro de 2021.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.1. Declaração de conformidade (em relação às normas IFRS e às do CPC)--Continuação

As informações intermediárias para o trimestre findo em 30 de setembro de 2022 foram aprovadas pela Diretoria em 08 de novembro de 2022.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Principais políticas contábeis

Principais políticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação dessas informações intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas na elaboração das informações contábeis anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Dessa forma, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2022	31/12/2021
Caixa	1	1
Bancos	14	14
Aplicações financeiras (a)	97.764	60.198
	97.779	60.213

- (i) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 110,1% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	30/09/2022	31/12/2021
BTG	Fundo	110,1% CDI	97.764	60.198
			97.764	60.198

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

3.1. Contas bancárias vinculadas

Refere-se à conta vinculada ao financiamento e as debêntures. A receita da Companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário conforme regra contratual.

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas bancárias vinculadas	8.947	6.966
	8.947	6.966

4. Aplicação financeira vinculada

Refere-se, basicamente, à conta reserva constituída, de acordo com os respectivos contratos de financiamentos e debêntures, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos.

			<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicação financeira vinculada			60.767	62.348
			60.767	62.348
<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bradesco Fundos	Fundos	99,2% CDI	60.767	62.348
			60.767	62.348

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionárias e permissionárias	28.551	25.167
	28.551	25.167
	26.463	24.400
Títulos a vencer	995	379
Títulos vencidos em até 90 dias	1.093	388
Títulos vencidos há mais de 90 dias (i)	28.551	25.167

- (i) A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

6. Ativo contratual

O ativo contratual inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção.

Movimentação em 2022

	31/12/2021	Receita de construção	Ganhos/ Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	Receita de O&M	Remuneração do Ativo contratual (ii)	Recebimentos	30/09/2022
Ativo contratual	2.317.266	-	-	14.060	212.772	(173.587)	2.370.511
Reforço (i)	-	16.367	285	-	344	-	16.996
	2.317.266	16.367	285	14.060	213.116	(173.587)	2.387.507

- (i) Reforços aprovados através das Resoluções Autorizativas ANEEL n° 9.900/2021 e 10.413/2021 para a instalação de equipamentos para aumento de capacidade de transmissão, de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional - SIN, de vida útil e para conexão de novos usuários, a conclusão está prevista para 2023, nas Subestações de SE Ouroândia II 2º RB e SE Ouroândia II 3º ATF.
- (ii) Remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 12,60% a.a. à 13,70% a.a.

Movimentação em 2021

	Saldo em 31/12/2020	Receita de construção	Receita de O&M	Remuneração do Ativo contratual	Recebimentos	Saldo em 31/12/2021
Ativo contratual	2.342.512	(83.374) (iii)	12.265	256.551	(210.688)	2.317.266

- (iii) Refere-se à revisão da receita de construção em decorrência do término da construção da infraestrutura, marcada pela transferência da gestão da concessão para o único e atual acionista Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em abril de 2021.

	30/09/2022	31/12/2021
Circulante	69.066	71.268
Não circulante	2.318.441	2.245.998
	2.387.507	2.317.266

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão:

- Receita Anual Permitida - RAP - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

6. Ativo contratual--Continuação

Contrato de concessão de serviços--Continuação

- Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- Parcela variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo contratual de concessão indenizável

Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

6. Ativo contratual--Continuação

Ativo contratual de concessão indenizável--Continuação

- Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão.

- Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

7. Fornecedores

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços e Materiais	713	801
Provisões	2.849	1.733
	<u>3.562</u>	<u>2.534</u>

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

8. Financiamentos e debêntures**a) Composição**

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxas de juros contratual % a.a.	30/09/2022	31/12/2021
BNDES Subcrédito A	BRL	15/09/2032	TJLP314 + 2,17%	570.777	595.292
BNDES Subcrédito B	BRL	15/12/2032	TJLP314 + 2,19%	10.116	10.533
Debêntures	BRL	15/03/2036	8,28% + IPCA	470.246	472.016
(-) Custo de captação				(12.488)	(13.170)
				1.038.651	1.064.671
				30/09/2022	31/12/2021
Circulante					
Financiamentos				41.519	40.342
Debêntures				17.144	23.274
				58.663	63.616
				30/09/2022	31/12/2021
Não circulante					
Financiamentos				539.374	565.482
Debêntures				440.614	435.573
				979.988	1.001.055
Total				1.038.651	1.064.671

b) Movimentação em 2022

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2021	Amortização de principal	Juros	(-) Custo transação a amortizar	Amortização de juros	Saldo em 30/09/2022
BNDES Subcrédito A	595.292	(27.192)	36.929	-	(34.252)	570.777
BNDES Subcrédito B	10.533	(464)	656	-	(609)	10.116
Debentures	472.016	(13.746)	50.433	-	(38.457)	470.246
(-) Custo de captação	(13.170)	-	-	682	-	(12.488)
Total	1.064.671	(41.402)	88.018	682	(73.318)	1.038.651

c) Movimentação em 2021

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2020	Amortização de Principal	Juros	(-) Custo transação a amortizar	Amortização de Juros	Saldo em 31/12/2021
BNDES Subcrédito A	631.581	(36.370)	41.282	-	(41.201)	595.292
BNDES Subcrédito B	11.153	(622)	732	-	(730)	10.533
Debêntures	438.750	(11.386)	80.521	-	(35.869)	472.016
(-) Custo de captação	(14.077)	-	-	907	-	(13.170)
Total	1.067.407	(48.378)	122.535	907	(77.800)	1.064.671

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

8. Financiamentos e debêntures--Continuação

c) Movimentação em 2021--Continuação

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

Com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto JMM, em 2018 a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas de TJLP + 2,17% (Subcrédito A) e TJLP + 2,19% (Subcrédito B) mais estáveis, portanto, trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. A obrigação de atingir o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida - ICSD e Índice de Capital Próprio - ICP estipulado no contrato de financiamento no BNDES é anual. Dessa forma, não há a necessidade de apuração para o período findo em 30 de setembro de 2022.

Debêntures

Com o objetivo de financiar custos associados ao Projeto JMM a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas em 2018 mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. O Coordenador (Bradesco) é instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizado a operar no mercado de capitais, e concordou em realizar a distribuição das debêntures junto ao público com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição. A garantias reais são outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com o BNDES e os debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais). A obrigação de atingir o ICSD e ICP estipulado no contrato de debentures é anual. Dessa forma, não há a necessidade de apuração para o período findo em 30 de setembro de 2022.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2022	10.836	63.616
2023	57.546	56.192
2024	61.743	61.708
Após 2024	908.526	883.155
Total financiamentos e debêntures	<u>1.038.651</u>	<u>1.064.671</u>

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

9. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Passivo	
	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores (1)		
Quantum Participações S.A.	156	219
Total	156	219
	Resultado	
	30/09/2022	30/09/2021
G&A (2)		
Quantum Participações S.A.	(3.101)	(1.451)
Reembolso de mão de obra (3)		
Quantum Participações S.A.	(137)	-
Total	(3.238)	(1.451)

- (1) Refere-se ao saldo a pagar no âmbito das despesas gerais e administrativas (2) e do reembolso de mão de obra (3), detalhados abaixo.
- (2) Refere-se ao contrato de compartilhamento de custos celebrado entre a Companhia e a Quantum Participações S.A., para regular o rateio e alocação dos custos e despesas de atividades administrativas de fato compartilhadas entre as partes e também da remuneração dos administradores, de acordo com os critérios de rateio regulatório, conforme anuído pela Aneel.
- (3) Refere-se ao reembolso feito pela Companhia à Quantum Participações S.A. em virtude da alocação de mão-de-obra operacional de pessoal nos atendimentos aos projetos relacionados aos Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e Contratos de Conexão às Instalações de Transmissão (CCT). O valor reembolsado pela Companhia à Quantum Participações S.A. é, por sua vez, reembolsado à Companhia pelas acessadas com as quais a Companhia celebra os referidos contratos de CCI e CCT, razão pela qual os valores não são abarcados pelo G&A celebrado entre a Companhia e a Quantum Participações S.A.

a) Remuneração dos Administradores

Em 30 de setembro de 2022, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores são remunerados pela Quantum Participações S.A, que efetua o repasse através de rateio das despesas administrativas (que inclui a remuneração dos seus administradores) para as concessões que estão sob sua gestão.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

10. Impostos diferidos

10.1. Pis e Cofins diferido

	30/09/2022	Movimentação	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020
PIS diferido	39.394	1.159	38.235	(326)	38.561
COFINS Diferido	181.450	5.338	176.112	(1.500)	177.612
	220.844	6.497	214.347	(1.826)	216.173

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o Ativo contratual de concessão e registrado conforme competência contábil. Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

10.2. Imposto de renda e contribuição social diferida

	30/09/2022	Movimentação	31/12/2021	Movimentação	31/12/2020
Ativo/passivo					
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(30.188)	468	(30.656)	(5.083)	(25.573)
Lucro diferido da construção	9.636	(181)	9.817	(553)	10.370
Receita de Ativo Financeiro/AVP	129.071	21.855	107.216	10.073	97.143
Ajuste IFRS 15/CPC 47	160.557	5.590	154.967	(3.356)	158.323
Pis e Cofins diferidos	(1.588)	(2.209)	621	621	-
Não circulante	267.488	25.523	241.965	1.702	240.263

Detalhamento do não circulante		30/09/2022	31/12/2021
Ativo		(30.188)	(30.656)
Passivo		297.676	272.621
Ativo/passivo diferidos		267.488	241.965

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos. Conforme estimativas de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 7 anos.

Períodos	30/09/2022	31/12/2021
2022	468	6.646
2023	2.313	7.660
2024	4.042	5.487
2025	4.939	3.334
2026	4.996	4.171
2027	5.810	3.358
2028	7.620	-
Total	30.188	30.656

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 28 de abril de 2022 às 13:30 horas os acionistas converteram o juros sobre capital próprio em aumento de capital no montante de R\$28.396 dividido em 28.396.379 ações, dessa forma o capital social subscrito da Companhia passa de R\$476.001 dividido em 476.001.000 ações para R\$504.397 dividido em 504.397.379 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária	30/09/2022			31/12/2021		
	Qtnd ações	%	Valor (em reais)	Qtnd ações	%	Valor (em reais)
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações	504.397.378	99,9999998%	504.397.378	476.000.999	99,9999998%	476.000.999
Quantum Participações S.A.	1	0,0000002%	1	1	0,0000002%	1
Total	504.397.379	100%	504.397.379	476.001.000	100%	476.001.000

b) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados

Na data 28 de fevereiro de 2022 conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$8.700 correspondentes ao lucro líquido apurado pela Companhia referente a janeiro e fevereiro de 2022.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido--Continuação

b) Política de dividendos--Continuação

Na data 31 de março de 2022 conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$5.013 correspondentes ao lucro líquido apurado pela Companhia referente a março de 2022.

Na data 29 de abril de 2022 conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$5.023 correspondentes ao lucro líquido apurado pela Companhia referente a abril de 2022.

Na data 31 de maio de 2022 conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$5.720 correspondentes ao lucro líquido apurado pela Companhia referente a maio de 2022.

Na data 30 de junho de 2022 conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$5.048 correspondentes ao lucro líquido apurado pela Companhia referente a junho de 2022.

Na data 29 de julho de 2022 conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$5.151 correspondentes ao lucro líquido apurado pela Companhia referente a julho de 2022.

Na data 31 de agosto de 2022 conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$5.087 correspondentes ao lucro líquido apurado pela Companhia referente a agosto de 2022.

Na data 30 de setembro de 2022 conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi deliberado a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$5.031 correspondentes ao lucro líquido apurado pela Companhia referente a setembro de 2022.

Os valores de juros sobre capital próprio mencionados acima ainda não foram pagos.

c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº4722/2019 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 26 de dezembro de 2019 foi garantido à Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2028.

e) Reserva de lucros a realizar

O saldo da reserva de lucros em 30 de setembro de 2022 se constitui do saldo remanescente de lucros acumulados. Caso seja aprovado a proposta sobre a destinação dos lucros acumulados, os administradores aprovarão em Assembleia Geral.

f) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação para o período findo em 30 de setembro de 2021 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	Período de três meses findo em 30/09/2022	Período de nove meses findo em 30/09/2022	Período de três meses findo em 30/09/2021	Período de nove meses findo em 30/09/2021
Número de ações ordinárias no início do período	504.937	476.001	476.001	476.001
Número de ações ordinárias ao término do período	504.397	504.397	476.001	476.001
Lucro líquido do período	46.991	109.191	26.007	15.124
Número médio ponderado das ações ordinárias no período	504.397	488.060	476.001	476.001
Lucro básico e diluído por ação-em reais	0,09	0,22	0,05	0,03
Lucro líquido do período	46.991	109.191	26.007	15.124
Número das ações ordinárias no período	504.397	504.397	476.001	476.001
Lucro básico e diluído por ação-em reais	0,09	0,22	0,05	0,03

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente ao período findo em 30 de setembro de 2022 e 2021. Consequentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)

12. Receita operacional líquida

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	Período de três meses findo em 30/09/2022	Período de nove meses findo em 30/09/2022	Período de três meses findo em 30/09/2021	Período de nove meses findo em 30/09/2021
Remuneração - Ativo contratual	71.470	212.772	69.320	186.712
Remuneração - Ativo contratual -Reforço	344	344	-	-
Receita de O&M - Ativo contratual	4.834	14.060	4.613	7.652
Receita de Construção - Ativo contratual	16.480	16.652	-	(83.374)
Outras receitas (i)	7.633	20.108	(1.441)	9.797
Receita operacional bruta	100.761	263.936	72.492	120.787
(-) PIS e COFINS	(9.320)	(24.414)	(6.705)	(11.759)
(-) Encargos setoriais (ii)	(846)	(2.399)	(707)	(2.105)
Deduções da receita	(10.166)	(26.813)	(7.412)	(13.864)
Receita líquida	90.595	237.123	65.080	106.923

(i) Valor refere-se a divergência entre a amortização da Receita Permitida projetada no modelo de ativo contratual e a receita efetivamente recebida através do Aviso de Crédito (AVC).

(ii) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, TFSEE, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

	Período de três meses findo em 30/09/2022	Período de nove meses findo em 30/09/2022	Período de três meses findo em 30/09/2021	Período de nove meses findo em 30/09/2021
Receita de operação e manutenção	4.834	14.060	4.613	7.652
Custo de operação e manutenção	(1.674)	(6.069)	(2.008)	(6.024)
Margem de O&M	3.160	7.991	2.605	1.628
Margem percebida (%)	65%	57%	56%	21%

	Período de três meses findo em 30/09/2022	Período de nove meses findo em 30/09/2022	Período de três meses findo em 30/09/2021	Período de nove meses findo em 30/09/2021
Receita de construção	16.480	16.652	-	-
Custo de construção	(13.072)	(13.209)	-	-
Margem de construção	3.408	3.443	-	-
Margem percebida (%)	21%	21%	-	-

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação

30 de setembro de 2022

(Em milhares de reais)

13. Custos e despesas

	Custos			
	Período de três meses findo em 30/09/2022	Período de nove meses findo em 30/09/2022	Período de três meses findo em 30/09/2021	Período de nove meses findo em 30/09/2021
Serviço de O&M	(1.674)	(6.069)	(2.008)	(6.024)
Serviços de terceiros	(146)	(533)	(482)	(840)
Material	-	-	(67)	(67)
Custo de construção	(13.072)	(13.209)	-	-
Outras receitas/despesas	(330)	(995)	(211)	(590)
	(15.222)	(20.806)	(2.768)	(7.521)
	Despesa			
	Período de três meses findo em 30/09/2022	Período de nove meses findo em 30/09/2022	Período de três meses findo em 30/09/2021	Período de nove meses findo em 30/09/2021
Serviços de terceiros	(1.107)	(3.763)	(952)	(4.510)
Depreciação	(11)	(194)	-	-
Outras receitas/despesas	(11)	(231)	(3)	(26)
	(1.129)	(4.188)	(955)	(4.536)
Total	(16.351)	(24.994)	(3.723)	(12.057)

14. Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	Período de três meses findo em 30/09/2022	Período de nove meses findo em 30/09/2022	Período de três meses findo em 30/09/2021	Período de nove meses findo em 30/09/2021
Receitas financeiras	5.322	12.706	914	2.093
Rendimento de aplicação financeira	5.579	13.289	944	2.008
Outras receitas financeiras	3	37	15	160
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(260)	(620)	(45)	(75)
Despesas financeiras	(18.914)	(89.028)	(32.792)	(89.561)
Juros de financiamentos e debêntures	(18.601)	(88.018)	(32.295)	(88.440)
Custo de captação	(228)	(682)	-	-
Outras despesas financeiras	(85)	(328)	(497)	(1.121)
Resultado financeiro líquido	(13.592)	(76.322)	(31.878)	(87.468)

Notas Explicativas**Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.**

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

15. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Período de nove meses findo em 30/09/2022		Período de nove meses findo em 30/09/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	135.807	135.807	7.398	7.398
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Despesa de IR e CSLL calculada	(33.952)	(12.223)	(1.850)	(666)
Juros sobre capital próprio	11.193	4.030	7.629	2.476
Incentivo fiscal sudene	4.318	-	-	-
Outros	18	-	(98)	(36)
Despesa de IR e CS	(18.423)	(8.193)	5.682	2.044
Total dos tributos correntes	-	(1.093)	-	-
Total dos tributos diferidos	(18.423)	(7.100)	5.682	2.044
Despesa total com tributos	(18.423)	(8.193)	5.682	2.044
Alíquota efetiva	19,60%		-104,43%	
	Período de três meses findo em 30/09/2022		Período de três meses findo em 30/09/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	60.652	60.652	29.479	29.479
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Despesa de IR e CSLL calculada	(15.163)	(5.459)	(7.370)	(2.653)
Juros sobre capital próprio	3.817	1.375	4.217	1.518
Incentivo fiscal sudene	1.763	-	-	-
Outros	6	-	725	91
Despesa de IR e CS	(9.577)	(4.084)	(2.428)	(1.044)
Total dos tributos correntes	-	(446)	-	-
Total dos tributos diferidos	(9.577)	(3.638)	(2.428)	(1.044)
Despesa total com tributos	(9.577)	(4.084)	(2.428)	(1.044)
Alíquota efetiva	22,52%		11,78%	

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito.
- (ii) Risco de mercado.
- (iii) Risco liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

i) *Riscos de crédito*

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo contratual e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Risco de crédito	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	3	97.779	60.213
Contas bancárias vinculadas	3.1	8.947	6.966
Aplicação financeira vinculada	4	60.767	62.348
Concessionárias e permissionárias	5	28.551	25.167
Ativo contratual	6	2.387.507	2.317.266
		2.583.551	2.471.960

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

i) *Riscos de crédito*--Continuação

- Caixa e equivalentes de caixa, contas bancárias vinculadas e aplicações financeiras vinculadas - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- Concessionárias e permissionárias - a Administração entende que não é necessária a contabilização de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: (i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e (ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

ii) *Risco de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 30 de setembro de 2022 e 2021, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

ii) *Risco de mercado*--Continuação

Instrumentos financeiros por indexador	30/09/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI)	97.764	60.198
Aplicações financeiras vinculadas (CDI)	60.767	62.348
Passivos financeiros		
Financiamento (TJLP)	580.893	605.825
Debentures (IPCA)	470.246	472.016

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN, publicado na data 07 de outubro de 2022.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

ii) *Risco de mercado*--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras--Continuação

Operação	Exposição (R\$mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicação financeira - Caixa e equivalente	97.764	Queda da taxa CDI	3.200	2.428	1.639
Aplicação financeira vinculada	60.767	Queda da taxa CDI	1.989	1.509	1.019
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
CDI %			13,75%	10,31%	6,88%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos seis meses, considerando CDI médio estimado de 13,75% para o período, de acordo com a expectativa do mercado conforme dados do BACEN em 07 de outubro de 2022.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES TJLP	580.893	Aumento da TJLP	10.185	12.651	15.086
Debêntures	470.246	Aumento do IPCA	8.212	10.200	12.164
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)			7,20%	9,00%	10,80%
IPCA (%)			7,17%	8,96%	10,76%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos seis meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 7,20% e 7,17% respectivamente para o período, de acordo com a expectativa do mercado conforme dados do BACEN em 07 de outubro de 2022.

- Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - a Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 30 de setembro de 2022. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	3.562	3.562	-	-
Financiamentos e debêntures	1.051.139	141.410	145.009	1.645.818
	1.054.701	144.972	145.009	1.645.818

b) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras (incluindo as vinculadas)	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias a permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	Categoria
Fornecedores	Custo Amortizado
Financiamentos e debentures	Custo Amortizado

Classificações contábeis e valores justos

Em 30 de setembro de 2022 e 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

Classificações contábeis e valores justos--Continuação

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas- contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Concessionárias e permissionárias - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.
- Financiamentos e debêntures - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

c) Hierarquia do valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificado e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Hierarquia do valor justo--Continuação

Descritivo		30/09/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicação financeiras (caixas e equivalentes)	Nível 2	97.764	97.764	60.198	60.198
Aplicação financeira vinculada	Nível 2	60.767	60.767	62.348	62.348
Total		158.531	158.531	122.546	122.546

Descritivo		30/09/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Financiamentos (BNDES)	Nível 2	580.893	580.893	605.825	605.825
Debêntures	Nível 2	470.246	470.246	472.016	472.016
Total		1.051.139	1.051.139	1.077.841	1.077.841

17. Contingências

A Companhia é parte em demandas trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estavam assim representadas:

	30/09/2022		31/12/2021	
	Qtde.	Montante	Qtde.	Montante
Cíveis	6	11.676	5	9.550
Fiscais	6	1.393	5	1.384
Fundiárias	2	65	3	175
	15	13.134	14	11.109

A principal causa classificada com expectativa de perda considerada possível está relacionada ao mandado de Segurança ajuizado pela Companhia contra a ANEEL com o objetivo de não ter descontada parcela variável por indisponibilidade de suas instalações até o final do processo administrativo perante a ANEEL. O valor estimado da causa é de R\$8.024.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

18. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 30 de setembro de 2022 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

<u>Tipo</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Limite da indenização</u>	<u>Vigência</u>
Riscos operacionais	Tokio Marine	450.000	30/09/2023
Responsabilidade civil	Chubb Seguros Brasil	30.000	30/09/2023
Responsabilidade civil profissional	Austral Seguradora	3.400	23/08/2023
Responsabilidade civil para gestores	AIG Seguros Brasil	20.000	31/07/2023

19. Compromissos assumidos

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- Contrato de O&M - contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Cymi O&M Ltda., e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M).

A remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da RAP pela Companhia. Até a data de 30 de setembro de 2022 foram cobrados R\$6.687.

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA.

- Contrato de construção (EPC) referente ao escopo dos reforços das REA 9.900/2021, 10.413/2021 e 12.294/2022, celebrado em 19 de abril de 2022 com a Cymi do Brasil Projetos e Serviços LTDA, no valor de R\$158.085 conforme medição mensal dos trabalhos executados e com vigência de 2 anos a contar da data de celebração.

Notas Explicativas

Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Notas explicativas às informações intermediárias--Continuação
30 de setembro de 2022
(Em milhares de reais)

20. Eventos subsequentes

Deliberação de juros sobre capital próprio

Conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 31 de outubro de 2022 às 11:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$5.116 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de outubro.

Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos

Conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 07 de novembro de 2022 às 11:00 horas, foi aprovado a declaração e o pagamento, aos acionistas, de dividendos e juros sobre capital próprio nos montantes de R\$15.111 e R\$49.889, respectivamente. Os valores foram totalmente pagos em 08 de novembro de 2022.

* * *

Daniel Araújo do Pinho
**Diretor Financeiro e de
Relação com Investidores**

Thais Rodrigues Ponciano
**Contadora Responsável
CRC-1SP282352/O-0**

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Administradores e acionistas da
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
referente ao período encerrado em 30 de setembro de 2022

Em cumprimento aos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CVM nº480/09, os abaixo assinados, Diretores da TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.728.083/0001-00, com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais nº 102, 111 e 112, sala 01, Itaim Bibi, CEP 04530- 001 (“Companhia”), declaram que:

Revisaram, discutiram e concordam com às informações contábeis intermediárias, para o período findo em 30 de setembro de 2022.

São Paulo, 08 de novembro de 2022

Juan-Gabriel Lopez Moreno
Diretor Presidente

Daniel Araújo do Pinho
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes referente ao período encerrado em 30 de setembro de 2022

Em cumprimento aos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da Instrução CVM nº480/09, os abaixo assinados, Diretores da TRANSMISSORA JOSÉ MARIA DE MACEDO DE ELETRICIDADE S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.728.083/0001-00, com sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais nº 102, 111 e 112, sala 01, Itaim Bibi, CEP 04530- 001 (“Companhia”), declaram que:

Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativamente às informações contábeis intermediárias, para o período findo em 30 de setembro de 2022.

São Paulo, 08 de novembro de 2022

Juan-Gabriel Lopez Moreno
Diretor Presidente

Daniel Araújo do Pinho
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores